

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N º 2023NE00202

PROCESSO SEI 105177/2023

CONTRATANTE: FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS (CNPJ: 11.536.694/0001-00), por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (CNPJ: 05.818.935/0001-01);

CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE OBRAS PÚBLICAS (CNPJ: 04.716.733/0001-88);

OBJETO: ATENDER PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO NO XX SIMPÓSIO NACIONAL DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS (XX SINAOP), CARGA HORÁRIA 24 H/A, NA CIDADE DE BENTO GONÇALVES (RS), COM AFASTAMENTO NO PERÍODO 10 A 16 DE SETEMBRO DE 2023, CONFORME PORTARIA Nº 634/2023;

VALOR: R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão Orçamento 02 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO; Unidade Orçamentária 02102 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS; Programa de Trabalho 01.032. 0017. 3045 - CAPACITAÇÃO; Natureza da Despesa 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação com fulcro no Art. 74, inciso III, f, § 3º, da Lei nº 14.133/21;

DATA DA ASSINATURA: 06 de setembro de 2023.

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 10/2023/TCE/PI

PROCESSO SEI 102467/2023

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (CNPJ: 05.818.935/0001-01) E YDUQS EDUCACIONAL LTDA (CNPJ: 03.681.572/0005-03);

OBJETO: O presente convênio tem como objetivo estabelecer condições para viabilizar a concessão de estágio aos discentes da Instituição de Ensino acima qualificada, visando à complementação do ensino e da aprendizagem, através de um treinamento prático, que propicie o seu aperfeiçoamento técnico cultural científico de relacionamento humano, em situações reais de vida e trabalho;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado mediante Termo Aditivo, ou ser rescindido de comum acordo, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, ainda, pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas neste instrumento, por denúncia da parte prejudicada;

BASE LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Resolução TCE/PI nº 397, de 30 de abril de 2009;

DATA DA ASSINATURA: 05 de setembro de 2023.